

CASAS PARA VIVER

PELO DIREITO À HABITAÇÃO!

PELO DIREITO À CIDADE!

*PELO FIM DA EXPLORAÇÃO
ATRAVÉS DO CUSTO DE VIDA!*

SAÍMOS À RUA!

1 ABRIL

**PRAÇA DA BATALHA
PORTO - 15H**



European
Action Coalition



Habitação Hoje
www.habitacaohoje.org
[@habitacaohoje](https://twitter.com/habitacaohoje)

sabe
mais
aqui:



CASAS PARA VIVER!

São tempos difíceis e de sufoco para a maioria das pessoas que vive em Portugal. O aumento drástico do custo de vida agrava a crise permanente em que vivemos. As rendas em Portugal aumentaram 40% nos últimos cinco anos. Os preços das casas subiram 19% desde o ano passado. Os salários não acompanham este aumento absurdo e as casas públicas representam apenas 2% do total! Não temos onde viver condignamente, venderam as nossas cidades à especulação imobiliária. À custa da nossa miséria as empresas de sectores essenciais, apoiadas pelo Estado, especulam os preços e aumentam os seus lucros.

O problema da habitação não é novo. As políticas que o têm perpetuado e agudizado assentam na ideia de que o mercado funciona quando é pouco intervencionado. São anos e anos de desinvestimento público orientado por governos e instituições económicas, apoiados ao nível dos decisores europeus, que tratam a habitação como um negócio e não como um direito básico. Os programas e políticas desenhadas só têm feito aumentar os preços e diminuir a oferta, concentrando a propriedade e o rendimento nuns poucos. A habitação é, neste período, um dos maiores activos financeiros do mundo, muito pouco lembrado e garantido na sua função essencial: morar. Dia 1 de abril saímos à rua para demonstrar quão insuportável é sobreviver!

As rendas aumentam e não são compatíveis com os nossos salários e pensões. Os contratos são cada vez mais curtos, entre rendas, cauções e fiadores, que pagamos a muito custo por casas em cada vez piores condições. Não temos mais como pagar as prestações ao banco, não vemos fim para as dívidas. Somos despejados porque há quem consiga pagar mais ou porque abrir um alojamento local dá mais lucro. Os vizinhos vão-se embora um a um cada vez para mais longe da sua rede de apoio. Pessoas idosas que têm de abandonar os lugares onde sempre viveram. Todos os dias somos obrigados a viajar maiores distâncias para chegar à escola e ao trabalho porque fomos expulsos das nossas cidades. As ilhas do Porto passam a ser um cenário para turista ao mesmo tempo que ainda há pessoas sem casa de banho. A habitação pública é insuficiente, as listas de espera são cada vez mais longas, e os critérios para aceder são cada vez mais apertados. Não existe investimento público para dar uma resposta digna aos mais vulneráveis. Todos os dias pessoas são discriminadas no acesso ao mercado de arrendamento, seja pela sua identidade de género, orientação sexual, pela sua origem, etnia ou situação profissional.

Temos no país 723 mil alojamentos vazios e cada vez mais pessoas em situação de sem abrigo, cada vez mais pessoas a terem de se sujeitar a dupla ou tripla jornada de trabalho para pagar a renda, ou a ter de voltar com os filhos para as casas sobrelotadas dos pais. Pessoas que têm de se sujeitar a situações de violência porque não têm alternativa, jovens que têm de abandonar os estudos porque não há alojamento estudantil, pessoas com filhos que sem alternativa ocuparam casas e vivem sob o medo constante de despejo. As políticas estão direccionadas para garantir mais lucro, através dos vistos gold, dos benefícios fiscais a não residentes ou a nómadas digitais, e nós temos de escolher entre pagar a renda ou os medicamentos, entre aquecer a casa ou pôr comida na mesa. Não temos rendimentos para fazer face ao frio ou aos estragos provocados pela chuva. Tudo isto faz com que fiquemos doentes, física e psicologicamente, por não termos direito ao mais elementar: uma casa digna. Por isso, moradores, unidos, vamos lutar!

Saímos à rua para reivindicar: o Direito à Habitação, o Direito à Cidade e o fim da exploração através do custo de vida!

No âmbito do Dia Europeu pela Habitação, são convocadas pela European Action Coalition pelo direito à habitação e à cidade (EAC), acções e mobilizações de base em todas as cidades da Europa. A Habitação Hoje em conjunto com outras associações que também lutam por habitação digna e pelo direito à cidade, convoca uma manifestação nacional com expressão nas cidades do Porto e Lisboa. Organiza também na tua cidade!

Dia 1 de Abril às 15h na Praça da Batalha, no Porto.

Junta-te a todos os teus vizinhos na Manifestação!

Em Lisboa, às 15h na Alameda.



DIREITO À HABITAÇÃO

Fim dos despejos e das desocupações

Os despejos e as desocupações são uma das maiores contradições com o Direito à Habitação. Apesar de a maioria passar invisível, as situações são diárias. Quando o contrato não é renovado porque o senhorio quer subir a renda, quando o prédio é vendido e o investidor imobiliário tem outros planos para as casas, quando pela crescente precariedade laboral deixamos de conseguir fazer face à despesa gigante que é a renda... Como pode o poder público permitir que as pessoas venham para rua sem garantir uma alternativa? Reivindicamos por isso que sejam proibidas as não renovações de contratos com fins especulativos, ou seja, que ninguém tenha de sair porque o senhorio quer aumentar o valor da renda ou transformar a habitação num alojamento turístico! Reivindicamos também o fim do balcão do arrendamento (que facilita o processo de despejo) e que ninguém possa ser despejado sem que seja assegurada uma casa digna e adequada ao agregado!

Protecção da casa de morada permanente

Há ainda uma grande parte das famílias, que conseguiram nos últimos quarenta anos aceder ao crédito à habitação, que estão a pagá-lo todos os meses. O peso do empréstimo no orçamento familiar tem vindo a aumentar e, tal como na crise anterior, há pessoas em risco de não conseguir pagar o empréstimo ou aceder à renegociação do crédito.

Reivindicamos que os bancos não possam despejar famílias que não têm outra alternativa habitacional. Se as políticas dos últimos anos empurraram as famílias para o crédito, então essas famílias têm agora de ser protegidas no seu direito a ter um tecto.

Controlo das rendas e dever de arrendar

É preciso regular o mercado de arrendamento e controlar as rendas fora da lógica especulativa, para que seja possível, a curto prazo, garantir às pessoas uma casa condigna. Os dados mostram que as rendas sobem todos os meses e que os salários e as pensões não acompanham. Fica cada vez mais impossível para milhares de pessoas, sem soluções públicas, pagar a renda, ficando sem dinheiro para comida, medicamentos, e para uma vida digna.

Reivindicamos um tecto de renda calculado em função do valor de uso da habitação.

Há casas suficientes para todos, mas muitas estão vazias à mercê da especulação, e por isso reivindicamos também o dever de arrendar. As casas são para viver e por isso as casas vazias devem ser postas a uso para que todos tenham acesso a uma habitação digna. Não havendo vontade por parte do proprietário em colocar a casa no mercado e havendo necessidades a suprir, enquanto se trabalha activamente o aumento do parque habitacional público, o Estado deve poder substituir-se ao grande proprietário ou ao fundo imobiliário e arrendar o imóvel, fazendo cumprir a função social da habitação.

Soluções dignas e a longo prazo para pessoas em situação vulnerável

Na maioria das vezes em que as pessoas se encontram numa situação vulnerável as soluções que existem tendem a desumaniza-las e a afastá-las das suas redes de apoio. Quantas mulheres são obrigadas a viver com o agressor por não terem uma alternativa estável? Quantos idosos vivem isolados e em casas cheias de problemas, porque não têm rendimentos para aceder à casa que seja ajustada às suas necessidades? Quantas vezes, por discriminação por parte de senhorios e falta de rendimentos para uma casa digna, pessoas migrantes, racializadas, são obrigadas a viver em situações desumanas? Apesar de existirem e estarem previstas soluções a longo prazo, estas não estão a ser efectivadas e são manifestamente insuficientes.



Reivindicamos soluções dignas e a longo prazo para pessoas vítimas de violência doméstica, de género, para pessoas idosas, migrantes ou pessoas com deficiência. Estas soluções devem estar distribuídas pelo território, ser estáveis, promover a autonomia e não a institucionalização.

Mais alojamentos estudantis públicos

O direito à educação depende directamente do direito à habitação. Não é possível prosseguir os estudos quando os quartos custam 300 ou mais, ou quando não existe oferta na cidade onde se é colocado. As gerações mais qualificadas de sempre são as mais precárias e as que saem de casa dos pais mais tarde, quando comparadas com outros países da União Europeia, por isso reivindicamos que sejam garantidas aos jovens e aos estudantes soluções dignas que lhes permitam estudar e iniciar a vida profissional. Reivindicamos residências e habitações públicas de qualidade e gratuitas, que estejam distribuídas consoante as necessidades do território. É preciso garantir a autonomia e a dignidade do estudante, garantindo que tem espaço para a sua vida privada e acesso aos espaços necessários a uma vida digna.

Aumento do parque habitacional público

Em Portugal existem apenas 2% de habitação pública. Para perceber a dimensão do problema basta pensar como teria sido a resposta à pandemia de COVID-19 se apenas 2% do sistema de saúde fosse público. Esse desastre é o estado da habitação em Portugal. O aumento do parque público habitacional é a medida mais estrutural para resolver o problema da habitação.

Reivindicamos o aumento do número de habitações públicas, onde seja praticada uma renda em função dos rendimentos dos agregados, que priorizem as famílias em maior necessidade.

Reivindicamos o fim do arrendamento “acessível” nas habitações públicas e revisão dos regulamentos municipais de acesso às habitações, para que essas casas possam servir para resolver os problemas de quem mais precisa!

Reivindicamos o investimento na gestão cooperativa e de associações de moradores.

Reivindicamos também que o parque público existente seja reabilitado no sentido de garantir às famílias condições dignas de habitabilidade e salubridade e que seja exemplar na transição energética e na eficiência do uso dos recursos. Neste sentido é também essencial que o aumento do parque habitacional público comece por recorrer às centenas de milhares de casas vazias espalhadas pelo país - que se localizam perto de transportes, equipamentos e serviços - ao invés de recorrer à construção de edifícios novos - que tende a consumir mais recursos financeiros do Estado e a ser mais prejudicial para o ambiente.

DIREITO À CIDADE

Cidades para as pessoas não para o lucro!

É urgente reverter os benefícios fiscais à especulação imobiliária e urbana. Reivindicamos o fim dos Vistos Gold, aos benefícios para residentes não habituais e aos nómadas digitais. O negócio do alojamento local ocupa, neste momento, perto de 9 mil apartamentos do município do Porto. O estudo deste fenómeno tem vindo a demonstrar que a suspensão temporária de licenças, quando anunciada, potencia uma corrida a



corrida a novas licenças e o zoneamento apenas alastra o problema para novas zonas. Precisamos de uma legislação que ponha a população em primeiro.

Exigimos que se cumpra a decisão do Tribunal Constitucional e que os alojamentos turísticos localizados em prédios de habitação sejam reconvertidos em arrendamento de longa duração.

Não podemos aceitar que o lucro governe as nossas cidades, os edifícios vazios e entregues à especulação devem ser devolvidos à população, para que se cumpra a sua função social!

Planeamento democrático do território

O território deve ser construído com base nas necessidades da sua população e não para extrair mais lucro! O novo centro cultural e empresarial do Matadouro vai servir à população de Campanhã? Para que precisamos de mais um El Corte Inglés a 10km de distância do existente? Porque nos obrigam a gastar dinheiro e consumir quando andamos pela cidade e não há bancos ou casas de banho públicas?

Reivindicamos um planeamento sem discriminação, que permita a todos o acesso à cidade, com espaços públicos de qualidade - casas de banho, parques, passeios, bancos - transportes públicos que sirvam os movimentos diários e pendulares da população, serviços de saúde, de educação, espaços de lazer, desporto e cultura, de proximidade e democraticamente distribuídos pelo território. Cidades construídas por todos, adaptadas aos tempos em que vivemos e aos problemas derivados das alterações climáticas.

Utilização de alojamentos devolutos para habitação

A contradição é evidente e cada dia mais insustentável, tanta gente sem casa e tanta casa sem gente. Apesar de estar na lei, a utilização de património devoluto não está a ser efectivada e temos mais de 700 mil alojamentos vazios no país. É inaceitável que sucessivos governos escolham ter pessoas a viver na rua, em casas sem electricidade, sem saneamento ou em risco de ruína, em sobrelotação ou a dezenas de km's do trabalho, quando existem edifícios vazios suficientes para suprir estas necessidades mais do que uma vez. A utilização destes edifícios é um caminho mais eficiente e sustentável em termos do consumo de recursos quando comparado com a construção nova. A maioria destes edifícios está em bom estado de conservação, localizado nas zonas onde as carências habitacionais são maiores e onde já estão assegurados o acesso a transportes, escolas, centros de saúde e empregos, diminuindo assim a despesa pública com infraestruturas e com construção nova.

Os edifícios devolutos funcionam muitas vezes como depósito de dinheiro à espera da melhor oportunidade de investimento. Ao mesmo tempo que grandes proprietários esperam pela melhor oportunidade para conseguir ter o maior lucro possível, temos milhares de pessoas que não conseguem aceder a uma casa digna com os seus rendimentos!

É imperativo cumprir a função social da habitação, por isso reivindicamos a expropriação de edifícios vazios e em bom estado, de grandes proprietários e fundos imobiliários, para suprir as necessidades da população, cada vez mais empurrada para a miséria. Não podemos aceitar que a ganância e o lucro de alguns seja mais importante que o direito básico de tantos outros a ter um tecto!



FIM DA EXPLORAÇÃO ATRAVÉS DO CUSTO DE VIDA

Controlo público e regulação dos preços dos sectores essenciais

É necessário travar a mercantilização dos bens essenciais. Não podemos aceitar que à custa da nossa miséria as grandes empresas aumentem os seus lucros! Quem é que não passa frio em casa? Quantos de nós não desenvolvem problemas respiratórios devido à humidade nas habitações? É urgente baixar e regular os preços dos bens de forma a garantir uma distribuição equitativa dos recursos, combater o desperdício e efetuar uma transição energética urgente! É necessário erradicar a pobreza energética, adaptar os edifícios e garantir que todos têm direito ao conforto nas suas casas! Em janeiro de 2021, uma em cada quatro pessoas que faleceu, morreu de frio! Reivindicamos o controlo público dos sectores essenciais como a água, transportes, energia e comunicações!

Redefinição das taxas de esforço com a habitação

A habitação deve ser um direito e não um luxo! Não podemos aceitar que haja famílias a escolher entre pagar a renda ou comer, pagar os medicamentos ou aquecer a casa, por isso reivindicamos a redefinição da taxa de esforço máxima com a habitação. A par do controlo das rendas e da regulação dos preços dos bens essenciais, incluir as despesas básicas com a casa na taxa de esforço recomendável com a habitação é essencial. Propomos que dentro desta taxa de esforço - a percentagem do nosso rendimento que gastamos com a habitação - passem a estar incluídas as despesas básicas com a casa: água, luz, gás e comunicações. Reivindicamos também que esta taxa seja progressiva, tendo em consideração os rendimentos do agregado, para que seja possível ter uma vida digna, garantindo acesso a uma boa alimentação, aos transportes, ao lazer, à cultura e ao desporto.

Trabalhos dignos, aumento das reformas, pensões e prestações

Não podemos aceitar que trabalhar não seja suficiente para viver condignamente! Quantos de nós têm de acumular empregos para fazer face às despesas? Quantos idosos têm de escolher entre pagar a renda ou os medicamentos? Quantas mães e pais têm de prescindir de uma boa alimentação para dar de comer aos filhos? Se ficarmos sem trabalho, durante quantos meses conseguiremos continuar a pagar a renda? É preciso garantir que ninguém é explorado por ter de fazer face às despesas essenciais, é preciso erradicar a precariedade e garantir o acesso ao trabalho, com condições e remunerações dignas! Garantir que políticas de pleno emprego servem também para garantir igualdade no salário e no acesso ao trabalho de mulheres, pessoas lgbtqia+, pessoas racializadas, migrantes e pessoas com deficiência. É preciso garantir que o rendimento do trabalho é suficiente para uma vida digna, que não são precisos dois ou três empregos para pagar a renda e as despesas. As reformas, pensões e prestações têm de traduzir o custo de vida e garantir qualidade de vida a todas as pessoas, sejam idosas, pensionistas, cuidadores informais, pessoas com deficiência ou pessoas que estão temporariamente desempregadas.

